

Grupo de Ação de Obras do ForPlad – 1ª Reunião

GA Misto Planejamento-Administração

RELATÓRIO REUNIÃO 04/01/2018

Presentes os membros do GT misto de Obras do ForPlad:

Representantes da Comissão de Administração: Tânia (Unifesp), Lucas (Unifesspa) e Emanuel (UFRR);

Representantes da Comissão de Planejamento: Pedro (Unifesp), Alberto (UnB) e convidados representantes da UnB, engs. Augusto e Luis Fernando.

Representantes do MEC: Coordenador de Orçamento das IFES Sr. Weber, acompanhado dos engs. Rafael e Mateus.

Abertura dos Trabalhos:

1. Apresentação de histórico e origem do GT, e do trabalho do Gt anterior que atuou junto ao MEC na avaliação das obras paralisadas;
2. Preparação da reunião com o MEC

Reunião com MEC:

Informes do Coordenador (Sr. Weber):

1. Apresentou o entendimento de que o MEC possui papel/ responsabilidade indireta nas obras no sistema - Ifes. Não são gestores diretos dos contratos, mas tem visão global e controle secundário.
2. Neste sentido, informa que MEC não interfere diretamente nos contratos, mas precisa ter postura “ativa” na gestão da carteira de obras, uma vez que o Ministério é pressionado por órgãos de controles para atuar nos problemas e inconformidades encontradas em obras das universidades.
3. Devido a conjuntura de restrição orçamentária, surgem novas dificuldades na carteira de obras da rede.
4. O MEC tem dificuldade de dar socorro às obras com problemas devido ao quadro reduzido de profissionais da área. A CGPO/MEC possui apenas 10 engenheiros para atuar em obras federais, e ainda atua no apoio aos estados e municípios em empreendimentos realizados através de convênios com o ministério.
5. Informa sobre o desenvolvimento de parceria com o ITA, tendo sido firmado Protocolo de intenção para auxiliar na elaboração de projeto padrão e de possíveis consultorias técnicas. Esclarece que as consultorias não seriam obrigatórias, e que as despesas de movimentação (diárias e passagens) custeadas pela IFES que requisitar. No entanto, ainda se encontra em estudo a elaboração de convênio que permita esse

- procedimento, até o momento, foi oferecido curso de capacitação para fiscalização de obras ministrado em dezembro para servidores das universidades.
6. Quanto ao Simec, informa que é a ferramenta principal de gerenciamento das obras para o MEC, e que tem que ser alimentado por cada uma das IFES. Módulo de obras do SIMEC não sofre atualização do software desde 2008.
 7. Existe previsão de atualização do SIMEC para fevereiro de 2018. Dados de orçamento e liquidação das obras será integrado aos do SIAFI.
 8. Sobre a lei orçamentária, informa que a proposta inicial do ministério foi a de concentrar 80% do orçamento de investimento no MEC e 20% nas universidades. Em valor global, a proposta representa 90% da dotação do ano anterior, 900 milhões. Esta primeira proposta alocava cerca de 188 milhões nas universidades distribuídos pela matriz Andifes com piso de 1,5 milhões.
 9. Andifes teve discordância. Convenceram o relator setorial para inverter o 20% para o MEC e 80% para as IFES. Acordo ocorrido no âmbito do congresso nacional foi ficar em 50%-50%. Dos 50%, 40% são emendas não impositivas, discricionárias e do relator geral, classificadas como RP2 e na fonte 108, proveniente de royalties do Petróleo. A liberação de limites fica sob gestão da Segov com o MPOG, é de aplicação discricionária e condicionada ao RCL, nos termos da LDO.
 10. Sobre isso, informou que MEC pensa em enviar solicitação ao MPOG para que considere a possibilidade de transferir essa gestão ao MEC (cerca de 166 milhões).
 11. Quanto aos recursos que permanecerão no MEC, ainda não foi definida a política orçamentária. Foram elaborados critérios técnicos objetivos para análise das demandas, mas ainda não existe sinalização quanto a aplicação dos mesmos.

Perguntas e respostas com base nas informações do MEC e dos membros do GT:

1. Encerramento dos trabalhos do GT das obras paradas e diagnóstico com relatório final
 - a. Os trabalhos deste GT foram encerrados mas não foi feito um relatório final.
 - b. MEC tem avaliação de razões de paralização para cada obra, por tipo de paralização e viabilidade de retomada.
 - c. Na reunião foi apresentada informalmente tabela que o MEC produziu de obras paradas por IFES e pontuou e ranqueou cada uma delas.
 - d. Segundo o MEC, o ITA dará assessoria para avaliação dos casos mais críticos e para as novas IFES, já que nas universidades faltam alguns especialistas, em geral de estruturas.
 - e. Foi discutido se seria adequado a aplicação dos critérios estipulados às obras paradas às demais obras em andamento. Por exemplo, no caso de obras paradas o mais relevante seria a viabilidade contratual, o estado da obra e qualidade dos projetos para a retomada sustentada da obra – sem isso, não adianta disponibilizar recursos. No caso das obras em andamentos deveriam ser aplicados critérios qualitativos e de prioridades, ouvindo as IFES caso a caso.

- f. MEC hoje avalia que a retomada de obras são processos complexos e de médio prazo. Minoria tem condições de realizar empenhos imediatos. Por isso concorda que o foco principal deve estar nas obras em andamento.
 - g. Há obras “abandonadas” pelas universidades porque estas já deram outra solução. Elas precisariam ser avaliadas segundo outros parâmetros.
 - h. Fazer distinção entre paralisadas que estão *sub judicie* e as resolvidas com condições de retomar.
 - i. Nas *sub judicie* e nas “abandonadas” é preciso fazer avaliação de investimentos feitos e processos de responsabilização.
2. Distinção entre política para as obras paradas e política para as obras em andamento
- a. Ambas são importantes, mas têm lógicas distintas. Dificuldade de utilizar mesmos critérios para ambos os casos, como já mencionado.
 - b. Política de obras paradas é sobretudo de redução de danos e avaliação de passivos junto aos órgãos controladores. Porcentagem pequena retoma a curto prazo.
 - c. Política de obras em andamento é prioritária, para garantir viabilidade das obras e contratos de modo que não entrem também no rol de paralisações. Para isso, é importante orientação e avaliação técnica, revisão de economicidade, faseamento das obras, ampliação de cronogramas, negociação com empresas, procura de fontes complementares etc.
 - d. Segundo planilha apresentada informalmente há saldo a empenhar de 1,2 bilhões de reais para obras em andamento (460 obras) e 700 milhões de reais para obras paralisadas (260 obras).
3. Critérios de prioridades definidos pelo MEC
- a. MEC definiu 8 critérios de prioridade, cada um deles ranqueado por faixas de atendimento a metas. Apresentaram informalmente planilha em reunião.
 - b. São eles: Percentual medido, saldo a empenhar, tipologia, tipo de obra, atualização da vistoria, atualização da execução orçamentária (valores empenhados), atualização da execução orçamentária (valores liquidados), Plano Interno (esse último critério deve ser retirado).
 - c. MEC mencionou o critério de redução de custeio de aluguel em função de entrega de novos prédios, mas ainda não estava na planilha.
 - d. MEC dispõe de cerca de 460 milhões de reais de orçamento de capital para descentralizar.
 - e. A definição de critérios pretende dar um caráter técnico e objetivo para a descentralização. Contudo, eles não serão adotados diretamente, passando pela discricionariedade do Ministro e da Sesu.

- f. Planilha já feita pelo MEC inclui todas as obras que estão no Simec. MEC já trabalhou esses dados, cruzando critérios de pontuação, obras de cada universidade cadastradas e sua previsão orçamentária.
4. Como serão recebidas as prioridades da IFES
- a. A proposta inicial e de que as IFES remetam via ofício e planilha sua solicitação de recursos de investimento.
 - b. Nelas deverá constar informações principais como: ID da obra no Simec, priorização sequencial, justificativa para priorização, solicitação de recursos, planejamento de medição desse ano.
 - c. SPO está exigindo providências para que a solicitação seja dentro do Simec. MEC não sabe se conseguirá fazer pelo Simec ou trabalhará em planilhas avulsas.
 - d. Formulário será enviado pelo MEC para as IFES até fevereiro e tentarão abrir um campo para preenchimento dentro do Módulo Obras.
 - e. MEC lembra que a descentralização de recursos não é só por critérios objetivos, mas também deve contemplar acordos e definição de estratégias do Ministério. É discricionário do Ministro e da Sesu.
5. Transparência na divulgação da descentralização
- a. Segundo o MEC, não será feita a divulgação das planilhas de pontuação para todas as obras. Universidades vão apresentar suas listas de prioridades. Ambas informações estarão disponíveis apenas para o MEC.
 - b. Não haverá nenhuma política específica de transparência de dados para a descentralização do orçamento de capital. Devem utilizar os canais já consolidados, como o acompanhamento pelo SIAFI.
6. Fator risco adicional regional e de novos campi
- a. GT comentou que universidades em situação de maior isolamento dos mercados de serviços tem dificuldades em licitações, número de fornecedores, custos de transporte, custos de diárias de obras etc. Deveriam ter tratamento diferenciado – fator de correção.
 - b. Não apenas as Universidades novas deveriam ter tratamento diferenciado, mas todos os campi novos em todas as universidades (após expansão anunciada em 2011, pós-Reuni). Desafios nos novos campi são os mesmos.
 - c. MEC concordou que estas são questões que devem ser melhor consideradas.
7. Projeto modelo de edifícios universitários pelo MEC, mais informações.
- a. MEC está desenvolvendo tipologias modelo para aplicação pelas IFES que desejarem, sobretudo as que não têm corpo técnico para desenvolvimento e/ou as mais novas.

- b. GT alertou da fragilidade de propostas modelo para todo o país. Variabilidade regional, climática, de terrenos e solos, de programas de necessidades, de projetos pedagógicos, de tecnologias e materiais locais – impõem uma diversidade que inviabiliza projetos padrão.
- c. Mais interessante seria sistematizar e divulgar projetos já realizados pelas IFES, melhores práticas, indicadores de estudantes/tipo de uso/m2, entre outros referenciais mais maleáveis e que subsidiem o planejamento local.
- d. MEC concordou com as considerações e se ofereceu para trabalhar com a proposta de bancos de projetos. Contudo, deu a entender que irá continuar com o projeto modelo.

8. Formatos de intercâmbio técnico de projetos e obras

- a. IFES somadas tem mais de 1 mil arquitetos e engenheiros em suas áreas técnicas de planejamento e administração das infraestruturas universitárias. Temos que conseguir mobilizar uma parcela dessa massa técnica atuando em rede e colaboração permanente.
- b. Essas equipes conhecem bem seus contextos, necessidades e potencialidades locais. Devem ser ouvidos.
- c. Falhas devem ser motivo para aprendizados. Compartilhar boas e más práticas e fortalecer orientações, de forma cooperativa.
- d. Consultoria com ITA precisa ser melhor esclarecida: objetivos, forma de mobilização, institucionalidade, forma de remuneração etc.
- e. Proposta de encontro em Brasília para tratar de intercâmbio de projetos e obras, boas práticas e instituir um mecanismo de aprendizado em rede.
- f. Iniciar a documentação e banco de dados de projetos, pensar o formato.

9. Revisão do Simec-Módulo Obras

- a. MEC reconhece que Simec Módulo obras é falho e está defasado (criado em 2008 e nunca atualizado).
- b. MEC está trabalhando na atualização do módulo com diversas melhorias. Se espelha no Módulo Obras 2.0 do FNDE.
- c. MEC afirmou ter interesse em receber contribuições deste GT para melhoria do Módulo Obras. Em especial questões associadas à: redução de retrabalho dos fiscais; inclusão da fase de planos e projetos; ser mais funcional/amigável como instrumento de gestão/medição de obras e não só acompanhamento; melhorar sistema de cronograma e fiscalização; inserção de aditivos de prazo e valor; permissão de salvar rascunhos; facilitar sistema de upload de documentos e fotos.
- d. Reunião no MEC para o aprimoramento do instrumento pode ser realizada em breve. GT pode enviar propostas.

10. Facilitar gestão de patrimônio imobiliário, incluindo alienação e permuta de bens e imóveis.
- a. MEC considera que há ociosidade de imóveis e terrenos (incluindo riscos a eles associados) das universidades e que estes poderiam ser vendidos para viabilizar obras.
 - b. Não é perda patrimonial, mas transferência de capitalização. Universidades não podem ser prejudicadas com bloqueio dos recursos obtidos com processos de alienação.
 - c. Avaliar modalidades de alienação e permuta, seus prós e contras, viabilidade jurídica, administrativa e orçamentária.
 - d. Hoje alienar imóveis passa pelo Congresso, precisaríamos de processo mais agilizado.
 - e. MEC informa que é de seu interesse atuar nesse sentido e que a SPU pode ser procuradora das IFES para o gerenciamento da carteira imobiliária.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1) A convite do MEC, GT irá colaborar para renovação do Simec Módulo Obras, com envio de proposta e reunião técnica (fevereiro).
- 2) GT enviará sugestão para refinar os critérios técnicos de avaliação de obras (fevereiro) e se coloca à disposição para colaborar na formulação das Políticas para “Retomada de obras paralisadas” e “Estratégias para obras em andamento”.
- 3) Acompanhamento da comunicação com as IFES para que definam suas prioridades e estratégias de publicidade das informações.
- 4) Encontro em Brasília (UnB) do GT para formular Proposta de Seminário para colaboração técnica entre as IFES em projetos e obras (melhores práticas), indicadores de infraestrutura e início do banco de projetos (março) – a ser apresentada no ForPlad, em Natal/RN.
- 5) Reunião com MEC e SPU para coleta de mais informações sobre possibilidades de gestão de patrimônio imobiliário das IFES e marco legal (Plano Nacional de Alienação) (março) – e apresentação de resultados no ForPlad Natal/RN.
- 6) Propõe reunião com a Comissão de Orçamento da ANDIFES para apresentação das informações e andamento dos trabalhos.